

# MONITOR ORÇAMENTÁRIO

Criado em 2020, o Monitor Orçamentário é uma publicação da Câmara Municipal de Belo Horizonte que traz informações sobre a execução orçamentária do Município, mostrando o nível de arrecadação das receitas e o desempenho da execução das despesas.

## Fiscalização

Criado pela Seção de Consultoria em Administração e Finanças Públicas - Seccaf, vinculada à Divisão de Consultoria Legislativa - Divcol, o Monitor tem como objetivo oferecer, a cada bimestre, subsídios aos gabinetes parlamentares - vereadoras, vereadores, assessoras e assessores - para o exercício da função fiscalizadora.

## 5º bimestre de 2025

Os dados apresentados a seguir foram extraídos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - referente ao 5º bimestre de 2025, publicado pela Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência da PBH.

## Informação

Em caso de dúvidas e/ou comentários, a Seccaf está à disposição para atendimento pelo e-mail [seccaf@cmbh.mg.gov.br](mailto:seccaf@cmbh.mg.gov.br) e pelo ramal 1363.

Este monitor é um produto da Diretoria do Processo Legislativo em parceria com a Superintendência de Comunicação Institucional.

Parceria:

Realização:

SUPERINTENDÊNCIA DE  
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

DIRETORIA DO  
PROCESSO LEGISLATIVO

**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
A VOZ DA CIDADANIA



**BH**

# DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO INICIAL

R\$ 22.653.807.973,00

**Total do orçamento para 2025**

aprovado pela Lei nº 11.802,  
de 3 de janeiro de 2025

**ÁREAS  
COM MAIOR  
DESTINAÇÃO DE  
RECURSOS NO  
ORÇAMENTO  
INICIAL**



R\$ 7.463.207.754,00  
**Saúde**



R\$ 3.974.940.032,00  
**Educação**



R\$ 2.260.473.782,00  
**Previdência Social**

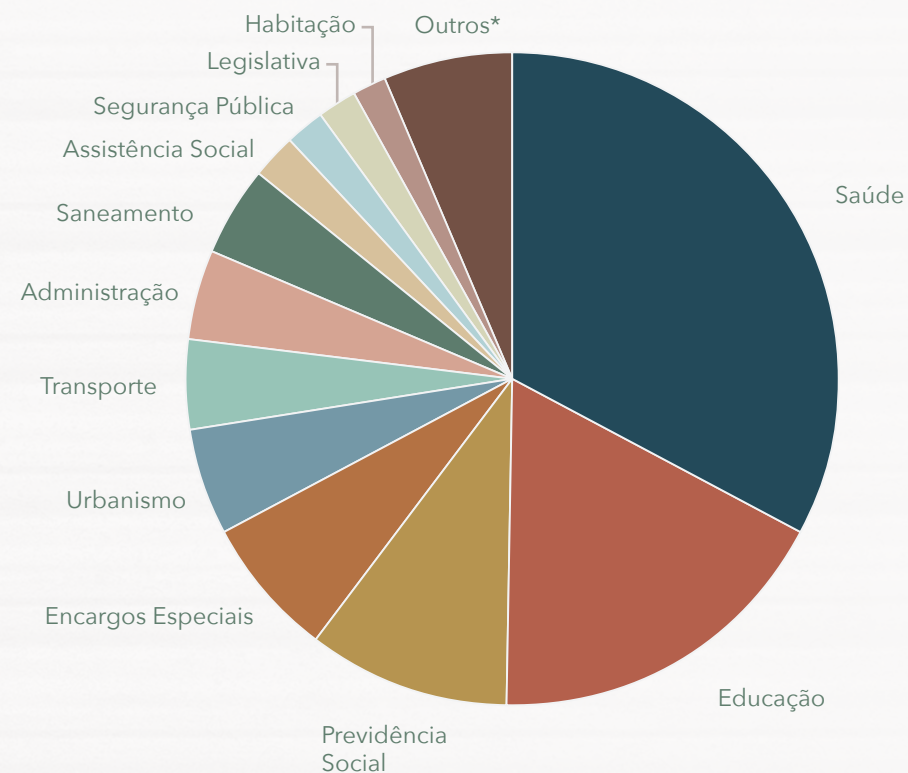


R\$ 1.529.197.887,00  
**Encargos Especiais**



Participação percentual de cada função no orçamento inicial:

Função	Dotação Inicial	Percentual
Saúde	7.463.207.754,00	32,94%
Educação	3.974.940.032,00	17,55%
Previdência Social	2.260.473.782,00	9,98%
Encargos Especiais	1.529.197.887,00	6,75%
Urbanismo	1.202.735.552,00	5,31%
Transporte	1.019.808.689,00	4,50%
Administração	1.004.206.461,00	4,43%
Saneamento	1.001.119.675,00	4,42%
Assistência Social	507.773.747,00	2,24%
Segurança Pública	472.567.928,00	2,09%
Legislativa	440.602.500,00	1,94%
Habitação	364.964.156,00	1,61%
Gestão Ambiental*	221.168.081,00	0,98%
Ciência e Tecnologia*	215.316.173,00	0,95%
Cultura*	146.752.728,00	0,65%
Comércio e Serviços*	95.978.036,00	0,42%
Direitos da Cidadania*	82.498.385,00	0,36%
Desporto e Lazer*	47.955.155,00	0,21%
Trabalho*	10.600.514,00	0,05%
Agricultura*	6.672.491,00	0,03%
Reserva de Contingência*	585.268.247,00	2,58%
<b>TOTAL</b>	<b>22.653.807.973,00</b>	<b>100,00%</b>



\*Observação: a categoria "Outros" do gráfico acima representa a soma das funções marcadas com asterisco na tabela ao lado.

# ORÇAMENTO INICIAL x ORÇAMENTO ATUALIZADO

**Orçamento inicial  
para 2025**

previsto na Lei nº 11.802/2025

R\$ 22.653.807.973,00

**Atualização da receita  
prevista para 2025**

conforme receita atualizada

↑ R\$ 6.066.410,21

**Créditos adicionais  
de 3,31%**

decorrentes do superávit  
financeiro em 2024 <sup>1</sup>

+ R\$ 749.708.490,61

**Orçamento atualizado  
para 2025**

dotação atualizada

**R\$ 23,4 bilhões**

(R\$ 23.409.582.873,82)

**VALORES  
ATUALIZADOS  
DAS ÁREAS  
COM MAIOR  
DESTINAÇÃO DE  
RECURSOS**



R\$ 7.595.510.125,67

**Saúde**



R\$ 4.060.627.288,47

**Educação**



R\$ 2.259.363.253,50

**Previdência Social**



R\$ 1.714.684.777,58

**Encargos Especiais**



# CRÉDITO INICIAL x DOTAÇÃO ATUALIZADA

Função	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Percentual
Saúde	7.463.207.754,00	7.595.510.125,67	1,77%
Educação	3.974.940.032,00	4.060.627.288,47	2,16%
Previdência Social	2.260.473.782,00	2.259.363.253,50	-0,05%
Encargos Especiais	1.529.197.887,00	1.714.684.777,58	12,13%
Urbanismo	1.202.735.552,00	1.276.419.830,78	6,13%
Transporte	1.019.808.689,00	1.131.535.773,36	10,96%
Administração	1.004.206.461,00	946.587.861,91	-5,74%
Saneamento	1.001.119.675,00	999.575.132,68	-0,15%
Assistência Social	507.773.747,00	489.002.066,89	-3,70%
Segurança Pública	472.567.928,00	474.022.118,66	0,31%
Legislativa	440.602.500,00	478.272.000,00	8,55%
Habitação	364.964.156,00	428.370.891,45	17,37%
Gestão Ambiental	221.168.081,00	244.809.954,99	10,69%
Ciência e Tecnologia	215.316.173,00	219.438.352,91	1,91%
Cultura	146.752.728,00	181.041.771,59	23,37%
Comércio e Serviços	95.978.036,00	100.793.162,55	5,02%
Direitos da Cidadania	82.498.385,00	151.866.736,22	84,08%
Desporto e Lazer	47.955.155,00	52.268.268,22	8,99%
Trabalho	10.600.514,00	11.014.098,09	3,90%
Agricultura	6.672.491,00	27.361.618,53	310,07%
Reserva de Contingência	585.268.247,00	567.017.789,77	-3,12%
<b>TOTAL</b>	<b>22.653.807.973,00</b>	<b>23.409.582.873,82</b>	<b>3,34%</b>

Algumas funções perderam dotação durante a execução orçamentária, enquanto outras funções tiveram sua dotação aumentada. A comparação entre as dotações iniciais e as atualizadas no 5º bimestre de 2025 pode ser observada na tabela ao lado:

## ÁREAS COM MAIORES VARIAÇÕES

Agricultura

Direitos da Cidadania

Cultura



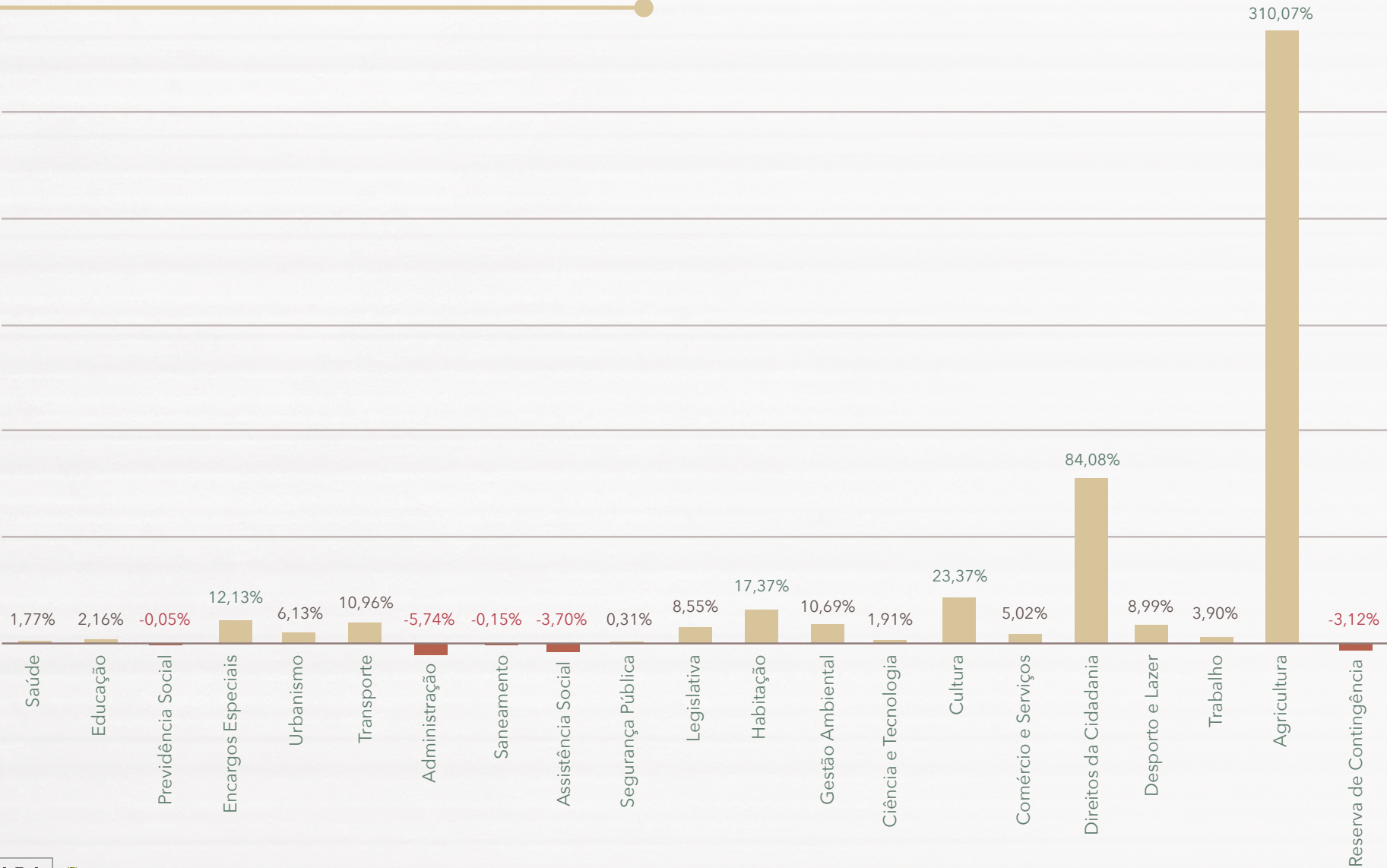
Administração

Assistência Social

Reserva de Contingência



A seguir temos os percentuais de anulações e suplementações ocorridas ao longo da execução orçamentária, em relação às dotações iniciais fixadas para cada função:





# ANÁLISE DA DESPESA

R\$ 23.409.582.873,82

**Previsão final da Despesa  
para 2025**

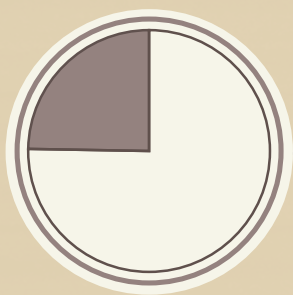
(dotação atualizada)

R\$ \$ 17.663.849.960,18

**Execução total da Despesa  
no 5º bimestre de 2025**

considerando os valores empenhados

## EXECUÇÃO TOTAL DA DESPESA

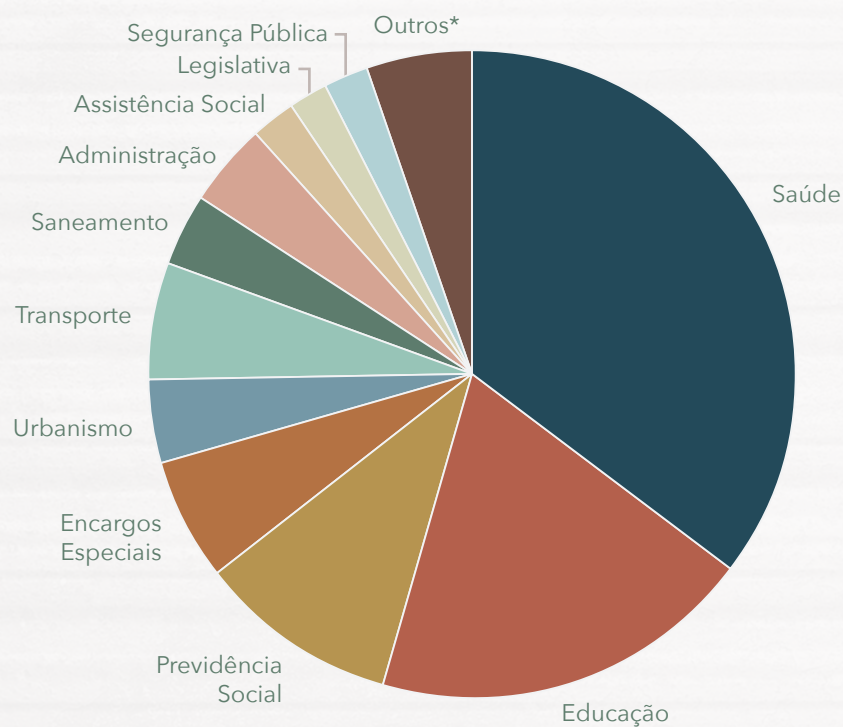


**75,46%**

em relação à dotação  
atualizada  
(R\$ 23.409.582.873,82)

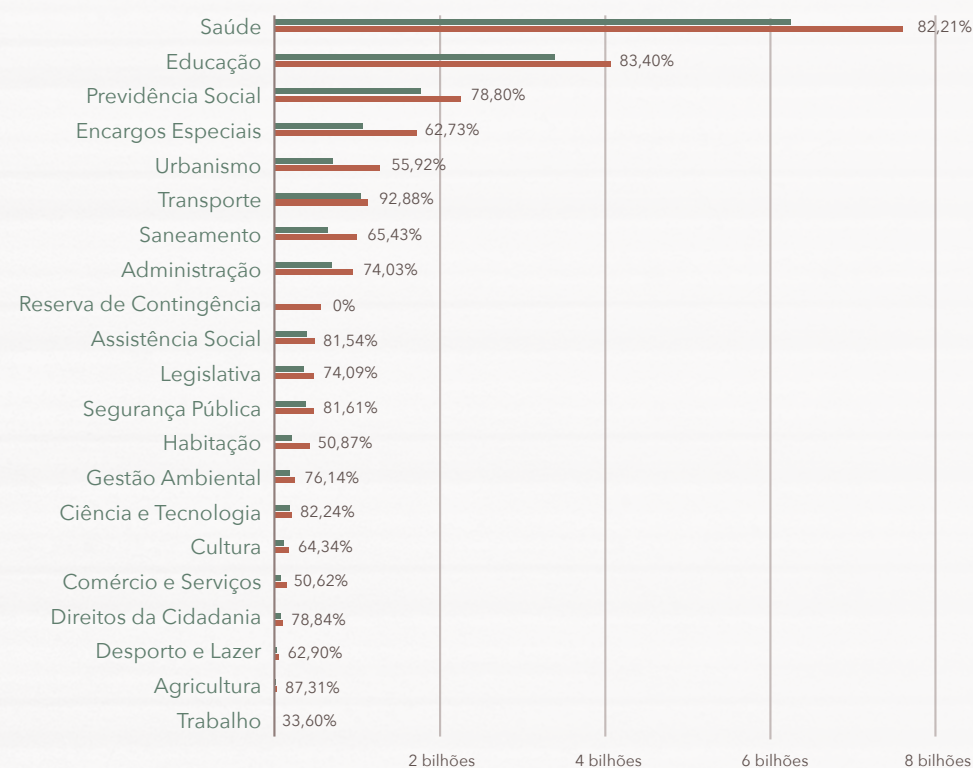
Função	Dotação Atualizada (a)	Execução (b)	% (b/a)	% sobre execução total
Saúde	7.595.510.125,67	6.243.993.135,14	82,21%	35,35%
Educação	4.060.627.288,47	3.386.475.559,34	83,40%	19,17%
Previdência Social	2.259.363.253,50	1.780.277.220,00	78,80%	10,08%
Encargos Especiais	1.714.684.777,58	1.075.573.456,71	62,73%	6,09%
Urbanismo	1.276.419.830,78	713.809.981,64	55,92%	4,04%
Transporte	1.131.535.773,36	1.050.990.213,80	92,88%	5,95%
Saneamento	999.575.132,68	653.975.447,13	65,43%	3,70%
Administração	946.587.861,91	700.712.267,66	74,03%	3,97%
Assistência Social	489.002.066,89	398.743.498,05	81,54%	2,26%
Legislativa	478.272.000,00	354.360.431,61	74,09%	2,01%
Segurança Pública	474.022.118,66	386.836.157,66	81,61%	2,19%
Habitação *	428.370.891,45	217.932.623,51	50,87%	1,23%
Gestão Ambiental *	244.809.954,99	186.410.040,82	76,14%	1,06%
Ciência e Tecnologia *	219.438.352,91	180.474.798,41	82,24%	1,02%
Cultura *	181.041.771,59	116.473.628,25	64,34%	0,66%
Direitos da Cidadania *	151.866.736,22	76.877.249,04	50,62%	0,44%
Comércio e Serviços *	100.793.162,55	79.466.388,16	78,84%	0,45%
Desporto e Lazer *	52.268.268,22	32.878.605,15	62,90%	0,19%
Agricultura *	27.361.618,53	23.888.504,93	87,31%	0,14%
Trabalho *	11.014.098,09	3.700.753,17	33,60%	0,02%
Reserva de Contingência*	567.017.789,77	-	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>23.409.582.873,82</b>	<b>17.663.849.960,18</b>	<b>75,46%</b>	<b>100,00%</b>

Considerando a execução do orçamento no 5º bimestre de 2025 pela PBH (R\$ 17.663.849.960,18), temos a seguir a distribuição dos recursos pelas funções:



\*Observação: "Outros" representa a soma das funções marcadas com asterisco na tabela anterior.

A seguir temos a representação gráfica comparativa entre as dotações atualizadas e as execuções de cada função:



Execução ■  
Dotação Atualizada ■



# EMPENHADO, LIQUIDADO E DISPONÍVEL

## EMPENHO

é a etapa em que o governo reserva o dinheiro que será usado para pagar uma despesa quando o bem for entregue ou o serviço concluído. Isso ajuda o governo a organizar os gastos realizados pelas diferentes áreas, evitando que se gaste mais do que foi planejado.

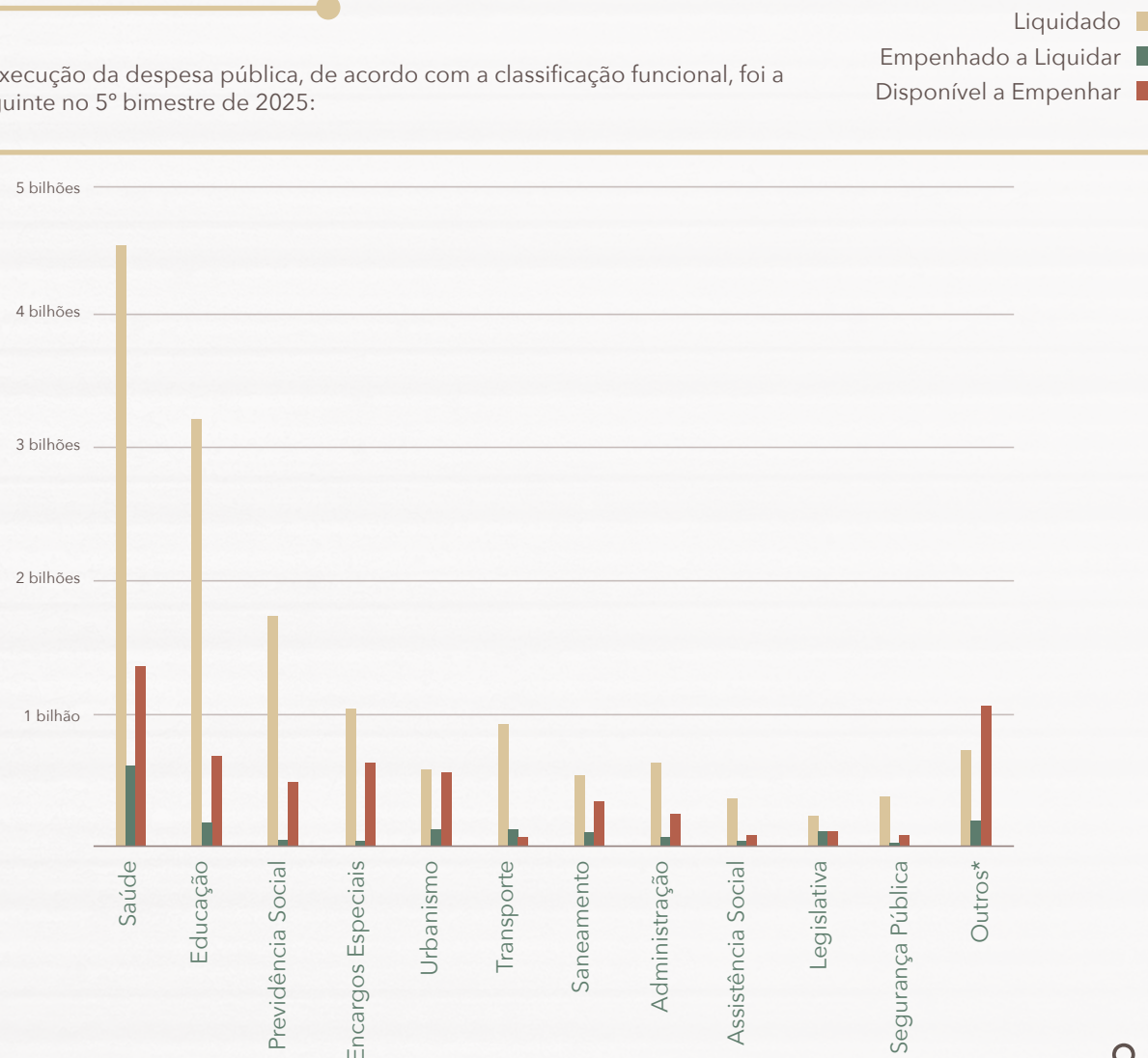
## LIQUIDAÇÃO

é quando se verifica que o governo recebeu aquilo que comprou. Ou seja, quando se confere que o bem foi entregue corretamente ou que a etapa da obra foi concluída como acordado. O governo assume então a obrigação do pagamento.

## VALOR DISPONÍVEL

é o saldo que não foi utilizado. Ele corresponde à diferença entre o crédito autorizado para as diversas áreas do governo e o valor empenhado em cada uma delas. Em outras palavras, é a sobra de tudo que foi orçado, após descontar o que o governo reservou (empenhou) para pagar bens e serviços.

A execução da despesa pública, de acordo com a classificação funcional, foi a seguinte no 5º bimestre de 2025:



Função	Atualizado (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Disponível (a-b)
Saúde	7.595.510.125,67	6.243.993.135,14	5.639.356.824,82	R\$ 1.351.516.990,53
Educação	4.060.627.288,47	3.386.475.559,34	3.201.806.820,05	R\$ 674.151.729,13
Previdência Social	2.259.363.253,50	1.780.277.220,00	1.741.904.957,01	R\$ 479.086.033,50
Encargos Especiais	1.714.684.777,58	1.075.573.456,71	1.038.500.831,26	R\$ 639.111.320,87
Urbanismo	1.276.419.830,78	713.809.981,64	582.918.809,32	R\$ 562.609.849,14
Transporte	1.131.535.773,36	1.050.990.213,80	922.694.459,32	R\$ 80.545.559,56
Saneamento	999.575.132,68	653.975.447,13	538.753.066,00	R\$ 345.599.685,55
Administração	946.587.861,91	700.712.267,66	628.539.416,05	R\$ 245.875.594,25
Assistência Social	489.002.066,89	398.743.498,05	362.917.936,67	R\$ 90.258.568,84
Legislativa	478.272.000,00	354.360.431,61	235.019.435,68	R\$ 123.911.568,39
Segurança Pública	474.022.118,66	386.836.157,66	372.629.314,42	R\$ 87.185.961,00
Habitação*	428.370.891,45	217.932.623,51	149.235.579,19	R\$ 210.438.267,94
Gestão Ambiental *	244.809.954,99	186.410.040,82	149.288.040,09	R\$ 58.399.914,17
Ciência e Tecnologia*	219.438.352,91	180.474.798,41	131.531.163,32	R\$ 38.963.554,50
Cultura*	181.041.771,59	116.473.628,25	105.727.267,22	R\$ 64.568.143,34
Direitos da Cidadania*	151.866.736,22	76.877.249,04	72.590.434,75	R\$ 74.989.487,18
Comércio e Serviços*	100.793.162,55	79.466.388,16	65.362.565,55	R\$ 21.326.774,39
Desporto e Lazer*	52.268.268,22	32.878.605,15	28.327.955,87	R\$ 19.389.663,07
Agricultura*	27.361.618,53	23.888.504,93	23.030.422,86	R\$ 3.473.113,60
Trabalho*	11.014.098,09	3.700.753,17	2.945.082,69	R\$ 7.313.344,92
Reserva de Contingência *	567.017.789,77	-	-	R\$ 567.017.789,77
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 23.409.582.873,82</b>	<b>R\$ 17.663.849.960,18</b>	<b>R\$ 15.993.080.382,14</b>	<b>R\$ 5.745.732.913,64</b>

\*Observação: a soma das funções marcadas com asterisco representa a categoria "Outros" no gráfico da página anterior.



# ANÁLISE DA RECEITA

R\$ 22.659.874.383,21

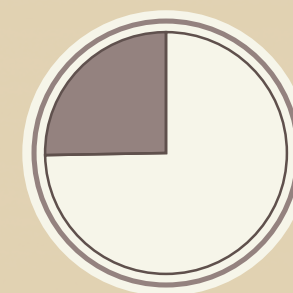
previsão atualizada de Receita  
em 2025

R\$ 16.956.320.049,37

arrecadação total da PBH até o  
5º bimestre de 2025

## ARRECADÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO

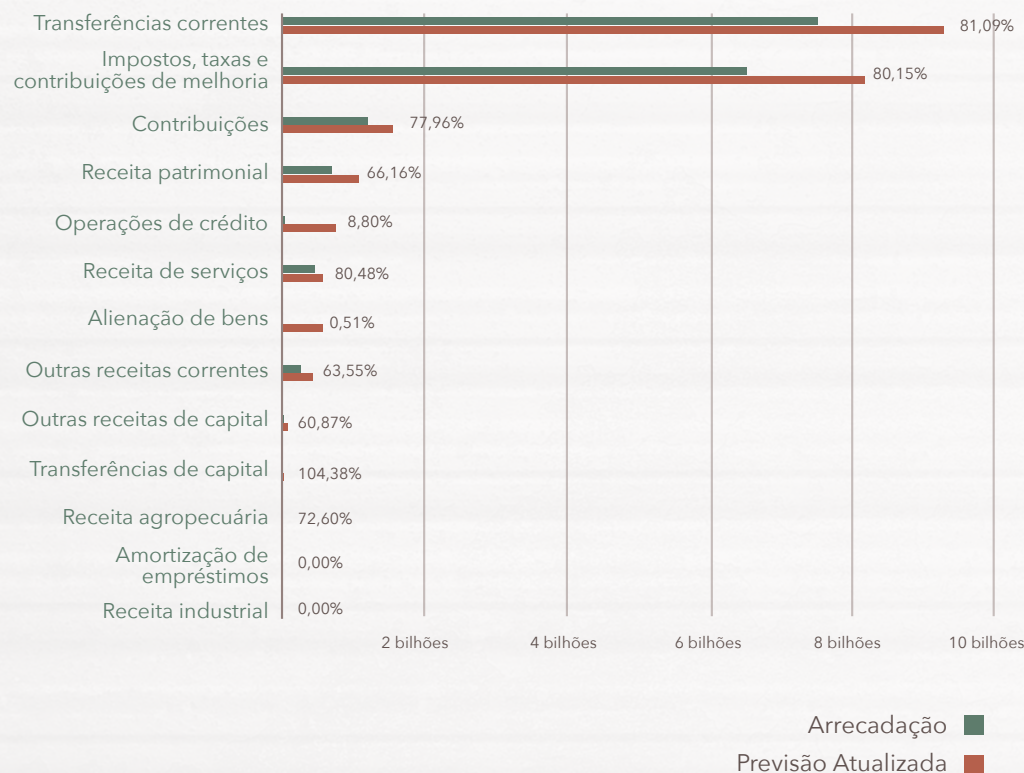
Receitas	Previsão Atualizada (a)	Arrecadação (b)	% (b/a)	% sobre arrecadação total
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	R\$ 8.176.292.022,00	R\$ 6.553.044.212,28	80,15%	38,65%
Contribuições	R\$ 1.575.820.726,00	R\$ 1.228.550.806,40	77,96%	7,25%
Receita patrimonial	R\$ 1.089.574.309,91	R\$ 720.841.677,73	66,16%	4,25%
Receita agropecuária	R\$ 11.171,00	R\$ 8.110,00	72,60%	0,00%
Receita industrial	R\$ -	R\$ -	-	0,00%
Receita de serviços	R\$ 594.772.970,00	R\$ 478.701.110,25	80,48%	2,82%
Transferências correntes	R\$ 9.286.362.668,92	R\$ 7.529.969.763,57	81,09%	44,41%
Outras receitas correntes	R\$ 449.140.436,00	R\$ 285.409.787,91	63,55%	1,68%
Operações de crédito	R\$ 782.547.166,00	R\$ 68.879.612,46	8,80%	0,41%
Alienação de bens	R\$ 583.738.339,00	R\$ 3.004.767,57	0,51%	0,02%
Amortização de empréstimos	R\$ -	R\$ -	-	0,00%
Transferências de capital	R\$ 31.918.312,38	R\$ 33.314.935,15	104,38%	0,20%
Outras receitas de capital	R\$ 89.696.262,00	R\$ 54.595.266,05	60,87%	0,32%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 22.659.874.383,21</b>	<b>R\$ 16.956.320.049,37</b>	<b>74,83%</b>	<b>100,00%</b>



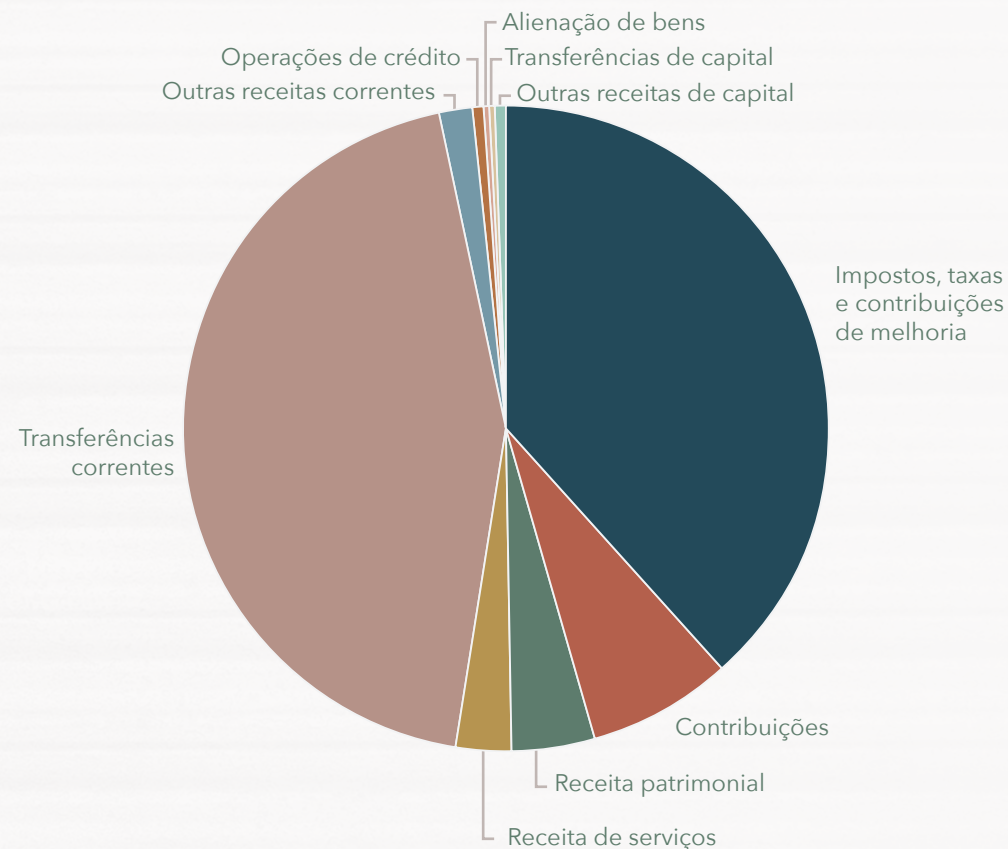
**74,83%**

em relação à  
previsão atualizada  
(R\$ 22.659.874.383,21)

Comparação entre a arrecadação e previsão atualizada:



Participação percentual de cada tipo de receita na arrecadação:



## Leis de referência

- Lei nº 11.802/2025 (Lei Orçamentária Anual de Belo Horizonte para o exercício de 2025);
- Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (normas gerais de Direito Financeiro);
- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).